



JUSTIFICATIVA PARA NÃO PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

1. INTRODUÇÃO

O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com vários documentos, dentre os quais, o previsto no parágrafo 3º do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, que demonstra a **justificativa caso opte por não publicar pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, manifestação de interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados.**

Neste caso, como consta abaixo a devida justificativa, o Agente de contratação não deverá realizar a publicação da citada manifestação de interesse.

2. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PUBLICAÇÃO

Em atendimento ao disposto no § 3º do Art. 75 da Lei 14.133/2021, onde recomenda que as contratações sejam preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, por restar claro na própria lei a não obrigatoriedade, opta-se por não realizar a divulgação e dar prosseguimento ao processo sem aguardar o prazo. Sendo assim, o agente não deverá realizar a divulgação.

Do exposto, justificamos que por se tratar de serviços em que a eficiência na execução do objeto é indispensável para o êxito na oferta, considerando que aos contrário, haverá um desperdício do dinheiro público, a escolha do fornecedor é primordial.

A proposta escolhida além da vantagem em relação ao custo-benefício, visto que juntou qualidade e preço.

A qualificação da empresa escolhida já foi confirmada em contratos anteriores com a administração pública municipal de Treze de Maio.

Ademais, a performance do oficineiro, obteve excelência nos resultados, considerando as apresentações dos alunos que frequentaram as oficinas em anos anterior e em eventos públicos realizados pelo município.

Por tais razões, a presente contratação visa a economia, a eficiência e a eficácia, que consistem em conseguir assegurar adequados padrões de qualidade dos serviços públicos. Não podemos assumir riscos de fornecedores sem qualificação, os resultados insatisfatórios, desconstruam um processo de aprendizagem. Considerando de que em que pese apresentam documentos comprovando ao contrário, sabe-se que a prática, nem sempre reproduz a informação contida nos atestados.

Tais princípios consistem também em conseguir acréscimos de produtividade, com resultados semelhantes ou melhores e com menos despesa.

Treze de Maio/SC, 23 de fevereiro de 2026.

Marta Borges de Fávori Burato
Secretária Municipal de Educação